

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E MERITOCRACIA NA EDUCAÇÃO: O OLHAR EMPRESARIAL DOS GOVERNOS E A RESISTÊNCIA DO PROFESSORADO DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Amanda Moreira da Silva¹

Grupo de Trabalho 6

A reordenação da sociedade civil brasileira e a educação: empresariamento e resistências

Resumo

No presente trabalho serão apresentadas as principais orientações políticas que vêm determinando a dinâmica educacional levada pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC) nas últimas décadas, dando especial destaque para o atual Plano de Metas, iniciado em 2010, que tem sua base fundamentada nas metas estabelecidas pelo “Compromisso Todos pela Educação”. Considerando tal plano, será realizado um levantamento das políticas educacionais que conduzem a um processo de ressignificação do trabalho docente, precarizando e burocratizando o seu trabalho, retirando-lhes sua autonomia, atomizando-os e ao mesmo tempo levando a construções de mecanismos de resistência frente a essas políticas.

Introdução

O Compromisso Todos pela Educação² se apresenta como um amplo movimento da sociedade civil que define estratégias de gestão da qualidade e metas voltadas para a melhoria da educação. Tal movimento tem conduzido uma série de ações no âmbito da educação escolar, em parceria com as redes estaduais e municipais de ensino, tendo em vista elevar o IDEB³ das escolas através de mecanismos de gestão de desempenho, entre elas: a padronização de currículos; avaliação por desempenho com base em metas

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ.
Email: amanda_ufrj85@yahoo.com.br

² Segundo o Ministério da Educação, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica. Os sistemas municipais e estaduais que aderirem ao Compromisso seguirão 28 diretrizes pautadas em resultados de avaliação de qualidade e de rendimento dos estudantes. Fonte: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes_compromisso.pdf

³ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

previamente estipuladas, preparadas por agentes externos à comunidade escolar e uma crescente burocratização das tarefas no interior da escola.

São processos evidentes e permanentes, incentivados por diversos governantes das redes públicas de ensino que aderem à lógica do Movimento Compromisso Todos pela Educação: a tentativa de implementação da meritocracia, a bonificação por resultados e a individualização do trabalho na rede escolar.

No presente artigo, serão dados destaques a alguns planos, que em sua tentativa de implementação, com sucesso ou não, vem interferindo diretamente no trabalho docente, burocratizando o trabalho dos professores e fazendo com que os mesmos venham perdendo o controle de seu trabalho.

Neste artigo, o objetivo principal será indicar algumas implicações das políticas governamentais que se baseiam na meritocracia, suas influências diretas no trabalho docente e a resistência do professorado da rede pública do estado do Rio de Janeiro frente a essa nova dinâmica educacional presente nas últimas décadas.

Será demonstrado que os professores não assistem passivamente a essa nova dinâmica do trabalho no setor educacional. Existem amplos setores do professorado que vêm resistindo fortemente a esses planos, encampando grandes lutas e negando, através de sua prática cotidiana e das lutas sindicais, o viés privatizante que tem sido imposto na rede pública.

Compromisso Todos pela Educação e o Compromisso Educacional Fluminense

Num longo processo de deterioração, a rede pública estadual de Ensino fluminense, responsável por um contingente significativo de estudantes de Ensino médio, atinge o auge de sua crise. Em outubro de 2009, o Estado do Rio de Janeiro teve o segundo pior índice de desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no país: 2,8, ficando atrás apenas do Piauí. A média nacional foi 3,6.

Durante o governo de Sérgio Cabral, a Secretaria Estadual de Educação teve três representantes. Inicialmente, a pasta foi representada por Nelson Maculan, professor da UFRJ, que saiu em fevereiro de 2008, discordando dos rumos da política do órgão. Após isso, assume Tereza Porto, ex-presidente do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado (PRODERJ), que ao tomar posse, comprometeu-se em

priorizar a função gerencial da secretaria, dando ênfase a informatização. Em 2010, a secretaria passa a ser representada pelo economista Wilson Risolia que foi responsável pela modernização do RioPrevidência. Os dois últimos representantes assumiram o cargo orientados pelo discurso de produtividade e eficiência exigido pelas novas demandas da sociedade.

Após a constatação do Ideb abaixo dos parâmetros estipulados pelo Governo Federal, houve novas orientações para a política educacional fluminense, propostas pelo novo secretário de educação Wilson Risolia, que ao assumir o cargo anuncia o Plano de Metas Para a Educação. Cabe frisar que o Plano se insere em uma política do estado brasileiro voltada para o campo da educação – o Compromisso Todos pela Educação – que propõe diretrizes e estabelece metas para o Ideb das escolas e das redes municipais e estaduais de ensino.

Ao assumir o cargo, Risolia anunciou um “plano de metas” visando colocar o Rio de Janeiro “numa posição relevante na Educação”. Tratando a educação como um “negócio”, definiu medidas de premiação em dinheiro para professores e diretores que atingissem as metas, isto é, bonificação para os méritos alcançados e adequando o ensino das escolas estaduais às demandas do estado.

Meritocracia e individualização do trabalho docente

Uma característica do trabalho na rede estadual, contidos nos últimos planos, é a individualização sistemática da gestão do trabalho dos profissionais da educação, mediante a vinculação entre salários e performances. Trata-se de remunerar os professores em função dos resultados obtidos pelos seus alunos, onde se introduz uma nova concepção de trabalho docente. A competição e os valores empresariais constituem referências para a organização e gestão do trabalho, numa visão pragmática e utilitarista. A individualização dos aumentos salariais mediante remuneração por bônus, não somente encoraja a competição entre os professores, como também enfraquece as ações coletivas, atomizando os professores.

A escola pública do Rio de Janeiro, mediante políticas que valorizam o engajamento individual, coloca o mérito como centro das relações de trabalho docente, onde os professores são submetidos à competição por bônus salariais, colocando em disputa as noções de igualdade na função pública. O trabalho dos profissionais da

educação pode ser valorizado, segundo o poder público, na medida em que pode explicar o sucesso ou fracasso dos alunos nas provas públicas, denominadas de avaliação. A introdução de bônus salarial anual para os professores públicos tem como objetivo aumentar a produtividade e a competitividade do sistema educacional, atribuindo, exclusivamente, aos professores a responsabilidade pela qualidade do ensino.

No início do ano de 2011, o Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Risolia, anunciou, em entrevista ao jornal Folha Dirigida⁴, as cinco frentes de trabalho para a educação pública ao longo de quatro anos. As cinco frentes de trabalho apresentadas teriam como objetivo atacar as questões pedagógicas, o remanejamento de gastos, a rede física, o diagnóstico de problemas e os cuidados com os alunos. As medidas mais destacadas, porém, foram: a implantação de um regime meritocrático para a seleção de gestores; a realização de avaliações periódicas; o estabelecimento de metas de desempenho para balizar a concessão diferenciada de gratificações aos docentes; e a revisão das licenças dos oito mil professores em tratamento de saúde.

Frigotto et al (2011), defendem que estas medidas, reforçam a ideia de que, no fim das contas, os profissionais da educação são os responsáveis pelos problemas educacionais, resumidos, por sua vez, aos baixos índices obtidos pela rede estadual no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Trata-se, portanto, de uma proposta que não vai ao fundamental e pega o pior atalho: premiar quem chega às metas, metas imediatistas, de lógica produtivista, que não incorporam medidas efetivas voltadas para uma educação pública de qualidade. A lógica subjacente à proposta, que já está sendo chamada de choque de gestão de administração, apenas trabalha com dois conceitos fundamentais: forçar o professorado a produzir um IDEB elevado, sem efetivamente melhorar as suas condições de trabalho, e baratear o custo da educação adotando, de imediato, a meta conservadora de economizar R\$ 111 milhões dos gastos.

Segundo os autores, esse novo PEE (Plano Estadual de Educação)⁵, imprime uma lógica tecnocrata que reconhece somente cálculos de custos e de benefícios, que vê

⁴ Publicado em 07 de janeiro de 2011

⁵ O novo Programa de Educação do Estado foi lançado pelo secretário Wilson Risolia no dia 07 de janeiro de 2010. Em 07/02/10, data de volta às aulas na rede estadual de ensino, foram publicados no Diário

as pessoas apenas como dados, destituídos de vontade e voz, indo de encontro às próprias bases ideológicas liberais e neoliberais que ainda consideravam o homem dotado de livre iniciativa, mesmo em sua forma de indivíduo. Nesse quadro, os docentes são tidos como meros entregadores dos pacotes de conteúdos previamente preparados por economistas, administradores e empresários que se assumem como autoridades em educação.

Farão jus à bonificação por resultado o diretor-geral, diretor-adjunto, coordenador pedagógico, professor regente e demais servidores efetivos do quadro da Secretaria de Estado de Educação lotados em unidade escolar a qual: cumprir 100% do currículo mínimo; participar de todas as avaliações internas e externas; efetuar o lançamento das notas do alunado na forma e prazo estabelecidos; alcançar, no mínimo, 95% de resultado de cada meta do IDERJ da unidade escolar. Além desses requisitos estabelecidos, somente receberão a bonificação os servidores que tiverem, pelo menos, 70% de frequência presencial no período de avaliação, que corresponde ao ano letivo⁶.

Observamos que com o sistema de bonificação os professores são pressionados permanentemente a melhorar sua performance e conseqüentemente da sua escola, resultando numa tensão entre as responsabilidades e o aumento do ritmo de trabalho. De um lado, o valor do trabalho parece estar sendo atacado, onde trabalhar mais para ganhar mais é o discurso da mídia que acusa os trabalhadores no setor público de privilegiados e indolentes.

O trabalho docente tem sido caracterizado por uma implantação progressiva da individualização dos aumentos salariais, mediante bônus ou pagamento por mérito e onde se espera a disposição dos trabalhadores em educação, o tempo todo, para realizar os objetivos e metas que lhe são solicitados, em condições de trabalho desfavoráveis.

É importante destacar que tal lógica não foi inaugurada na rede pública estadual de educação do Rio de Janeiro pelo secretário Risolia. O primeiro exemplo de sistema de bonificação por resultados foi o Programa Estadual de Reestruturação da Educação

Oficial, decretos e resoluções que estruturam o plano, criam o IDERJ (Índice da Educação Básica do Rio de Janeiro), além de cálculos de metas específicas para cada unidade escolar.

⁶ Fonte: SEEDUC. www.educacao.rj.gov.br visitado em janeiro de 2012

Pública – Programa Nova Escola – implementado durante o governo de Anthony Garotinho.

Entretanto, em 05 de abril de 2002 a então vice-governadora Benedita da Silva (PT) assume o governo do Estado, por conta da renúncia do governador Antony Garotinho que almejava a presidência da República. E uma de suas primeiras atitudes no governo foi a suspensão do programa Nova Escola, naquele ano. No ano seguinte, com a Eleição de Rosinha Garotinho, esta não paga as gratificações do programa alegando que por não ter ocorrido a avaliação não haveria porque fazer tal pagamento.

Se em 2000 e 2001 o sindicato dos professores já reprovava o programa afirmando que ele não passava de uma prova, que o projeto propiciava a competitividade entre as escolas, economia de dinheiro através do congelamento do piso salarial. Em 2003, esta reprovação é muito mais forte, pois o não pagamento do 13º salário e os 1/3 das férias e das gratificações provocou uma greve de 64 dias do professorado.

Após doze anos sem reajuste salarial em detrimento de uma política de gratificações implementadas por Anthony Garotinho, Benedita da Silva e Rosinha Garotinho, na gestão de Sérgio Cabral é mantido o mesmo mecanismo. O candidato que durante sua campanha havia se comprometido com uma série de mudanças para o sistema educacional do estado, o qual seria a prioridade para seu governo.

Condições do trabalho docente nos últimos decênios

As décadas destacadas no presente estudo trouxeram inúmeras influências diretas no mundo do trabalho de forma geral, o que conseqüentemente afetou o serviço público, passando este a imprimir uma lógica mais competitiva, meritocrática e mercadológica, à luz da lógica empresarial.

Souza (2011) organiza uma exposição sobre as relações de trabalho nas instituições educacionais públicas com dois focos: o primeiro analisa as proposições governamentais sobre o trabalho e os trabalhadores em educação, e o segundo as relações de trabalho vivenciadas por aqueles que constroem a educação escolar nas instituições públicas.

A hipótese que orienta a comunicação da autora é de que a modernização dos sistemas educacionais públicos, no Brasil (estados e municípios), instala um processo de precarização que reforça continuamente a subjugação dos trabalhadores em educação às necessidades de competitividade e produtividade. Souza (2011), afirma que as políticas de gestão empresarial no setor público conduzem à individualização das relações e da organização do trabalho de professores. Para a autora, essas políticas se concretizam não somente sob a gestão de competências e de avaliação de performances, como também incide sobre a remuneração do trabalho, sob a forma de bônus ou prêmios diferenciados, segundo critérios baseados na lógica produtivista. Assim, as mudanças nas formas de emprego, a intensificação e a complexificação das relações de trabalho, tornam evidentes os processos crescentes de individualização dos trabalhadores em instituições educacionais, que os fragiliza socialmente.

A autora compreende a noção de precarização como um processo de institucionalização da instabilidade no emprego e no trabalho. Segundo ela, no plano do emprego se caracteriza, principalmente, pelo desemprego e pelo trabalho temporário ou eventual; e no plano do trabalho, a precariedade se traduz não somente no questionamento da formação e qualificação profissional, mas também na ausência do reconhecimento e de perspectiva do trabalho dos trabalhadores em educação.

Linhart (2009) denomina como “precariedade subjetiva” esse processo de instabilidade a nível subjetivo. A autora fala da precarização dos empregos na França e nos países europeus e analisa a precarização que afeta os empregos estáveis. Aborda a fragilização dos salários que exprime aos trabalhadores um forte sentimento de precarização, mesmo se o trabalho é estável.

A autora utiliza o termo “precarização subjetiva” e diz que isso é um elemento do trabalho moderno, funcionando como uma estratégia gerencial. É o sentimento de não se sentir bem no seu trabalho, de não controlá-lo, de ter necessidades constantes de esforços para se adaptar, de atingir objetivos fixos, é o sentimento de não ter nenhum recurso em caso de problemas no trabalho. Além disso, o lado coletivo do trabalho é afetado pela individualização dos trabalhadores, colocando-os em concorrência e trazendo o sentimento de isolamento e abandono. Diz ainda que, o sentimento de precarização subjetiva pode alimentar também a dificuldade de reconhecer certos valores importantes em relação à sociedade.

“O que se deve entender por precariedade subjetiva? É o sentimento de não estar “em casa” no trabalho, de não poder se fiar nas suas rotinas profissionais, em suas redes, nos saberes e habilidades acumuladas graças à experiência (...) é o sentimento de não dominar seu trabalho e de precisar permanentemente desenvolver esforços para se adaptar, para cumprir objetivos, para não se arriscar, nem fisicamente nem moralmente. É o sentimento de não ter ajuda em caso de problemas graves de trabalho, nem do lado dos superiores hierárquicos (...) nem do lado dos coletivos de trabalho que se esgarçaram com a individualização sistemática da gestão dos assalariados e o estímulo à concorrência entre eles. É um sentimento de isolamento e abandono.” (LINHART, 2009)

Dialogando com Linhart, Souza (2011) questiona qual é o sentido social da precariedade no trabalho, nas dimensões objetivas e subjetivas. Os estudos sociológicos evidenciam que as incertezas que pesam sobre os trabalhadores são inúmeras e mostram o quanto é difícil a organização de suas próprias vidas. Nada está efetivamente adquirido em termos de direitos sociais agregados ao trabalho, nem mesmo para os trabalhadores estáveis no setor público. A tensa organização do trabalho expressa numerosas incertezas e contradições, as avaliações freqüentes, e por vezes, arbitrárias pela falta de legitimidade, são dois elementos que fundamentam, entre outros, o sentimento de precariedade vivenciado pelos trabalhadores no campo da educação escolar.

Souza (2011) destaca que este movimento de mudanças e modernização dos sistemas escolares, no Brasil, nas últimas décadas, conduz a um processo de racionalização técnica submetida aos critérios de eficácia e rentabilidade, traduzidos, constantemente, por um movimento de individualização e enfraquecimento das ações coletivas. Professores, funcionários e alunos são responsabilizados pelos processos e resultados do sistema educacional e expostos pela mídia nos elementos que checam a legitimidade de seu trabalho.

Realmente, é desconcertante observar a difusão do discurso que acusa o professor de privilegiado, como aquele que falta muito ao emprego, não ensina, trabalha pouco, e em geral é considerado desqualificado. Além da imagem construída socialmente, os professores passam por um processo, em que, geralmente, não são ouvidos em suas reivindicações, nem mesmo reconhecidos (ou valorizados) pelos

governantes, e são ainda colocados todo o tempo à prova, num processo que envolve muita tensão, baseada nas constantes cobranças; e muita frustração, geralmente ocasionada por não alcançar os objetivos propostos. Tudo isso, contribui para gerar sofrimento e o chamado “mal estar” docente de que nos fala Manuel Esteve (1999).

Organização sindical e resistência do professorado

A primeira greve dos professores públicos estaduais se deu nos anos 70, onde observou-se uma intensa atividade dos movimentos sociais, levando ao fortalecimento do atual Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE). Esta entidade sindical que liderou o movimento dos professores, inclusive recorrendo à greve, em 1979, apresentou diversas reivindicações, dentre elas, a redução da carga horária semanal para 12 horas; a gradual efetivação dos professores recém-contratados; reajuste do piso salarial em torno de 300%; adicionais por difícil acesso e equiparação dos inativos.

A greve foi duramente reprimida, mas o seu saldo foi o fortalecimento da organização sindical do magistério, comprovado pela deflagração de greves posteriores. Era um momento de consolidação da organização sindical do magistério e de reafirmação de sua identidade profissional calcada na politização da categoria e no contraste entre a antiga representação do mestre missionário de vocação sagrada para a imagem do profissional da educação, um trabalhador comum que vem reclamar publicamente o direito a um tratamento profissional. (XAVIER, 2005)

O ano de 1979 foi um marco na história do SEPE, quando se conseguiu conquistar um piso salarial equivalente a cinco salários mínimos, numa greve considerada histórica para o movimento. Nesse período, o governador Chagas Freitas mandou fechar a entidade, mas não conseguiu calar a voz nem frear a ação do movimento.

O fim do governo Brizola, a eleição de Moreira Franco e a prioridade dada pelo novo governo ao desenvolvimento econômico, acarretaram na diminuição dos gastos nas áreas sociais e a conseqüente municipalização da educação. Neste período os profissionais do ensino saíram à luta pela recomposição de seu status profissional, o que pressupunha a reposição das perdas salariais e a consolidação de sua organização política. Ocasionalmente em fevereiro de 1987 uma greve de 69 dias e outra grande greve

em 1988 que paralisou cerca de 140 mil professores e 60 mil empregados de apoio, tendo três meses de duração, com grandes manifestações públicas e forte repressão do aparato policial. (XAVIER, 2005)

Observamos a cada ano que passa, uma conjuntura dificultada pelo descaso com a educação e com investimentos longe no que realmente se faz necessário para uma educação de qualidade. Com isso, a reinvenção do trabalho docente tem sido baseada numa lógica meritocrática que tem tratado alunos e professores como parte de uma produção fabril, onde o conhecimento e a transmissão de saberes vêm tomando rumos completamente mecanizados.

Muitos problemas continuam assolando os trabalhadores da educação nestes últimos anos, que têm sido caracterizados por fortes desgastes entre profissionais de educação e governo estadual, pois as promessas de campanha que visavam valorizar os profissionais da educação têm vindo por água abaixo. Enquanto candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro, Cabral enviou uma carta aos professores das escolas estaduais com suas promessas de campanha, entre elas: a reposição das perdas salariais dos últimos anos; manutenção do atual plano de carreira com a inclusão dos professores de 40 horas; descongelamento do plano de carreira dos funcionários administrativos; fim da política de gratificação do Nova Escola e incorporação do valor da gratificação ao piso salarial; fim da política de abono; abono das greves e paralisações; fim das terceirizações e contratos precários; e abertura imediata de concurso público para professores e funcionários.

Em 2011, houve um momento de forte desgaste do governo estadual, onde diversas categorias se mobilizaram, protagonizando duros embates. Profissionais da segurança pública, saúde e da educação se mobilizaram conjuntamente para o enfrentamento à política de arrocho salarial e desvalorização de setores fundamentais, levada pelo governo.

Os profissionais da educação iniciaram campanha salarial e fizeram uma greve de 67 dias, atos e passeatas foram realizados e uma pauta de reivindicação que incluía, reajuste emergencial de 26%; incorporação imediata da totalidade da gratificação do Nova Escola (prevista para terminar somente em 2015); descongelamento do Plano de Carreira dos Funcionários Administrativos da educação estadual; eleição direta para

diretores de escolas; o não fechamento de 22 escolas; aplicação da Lei n.º 11738/2008, que garante 1/3 da carga horária dos professores para planejamento, entre outros.

Considerações finais

Observa-se que nas últimas décadas vem ocorrendo um avanço das políticas que desfavorecem a autonomia pedagógica, retêm o controle do trabalho e acentua a desvalorização dos professores, criando um sistema educacional descontínuo, com pouco incentivo aos profissionais que nele atuam. Porém, por maior que seja a desumanização a que as estruturas sociais e políticas submetem os professores e, por mais que descaracterizem os docentes, podemos encontrar sinais de procura da sua humanidade e dignidade, na luta por seus direitos.

Embora nos últimos anos, estejamos presenciando uma lógica fabril na educação, os professores e professoras têm fortalecido seus mecanismos de luta e participação política, protagonizando greves, resistindo à precarização e ao controle de mecanismos externos, à perda de autonomia, à desvalorização e ao descaso com a educação.

Referências Bibliográficas

ESTEVE, J.M. *O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde do professores*. Bauru: EDUSC, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio; MOTTA, Vânia da; GAMA, Zacarias; ALGEBAILLE, Eveline. Plano de Metas da Educação do Rio de Janeiro: do economismo ao cinismo. *Folha dirigida*. Rio de Janeiro. 11.01.2011, Caderno Educação, p.4

LINHART, Danilèle. Modernisation et précarisation de la vie au travail. *Papeles del CEIC*, n. 43, Volumen 2009/1. marzo 2009

SOUZA, Aparecida Neri de. Organização e condições do trabalho moderno: precarização do trabalho docente. *III Seminário da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação*. Rio de Janeiro: 2011.

XAVIER, Libânia Nacif. Inovações e (Des) Continuidades na política educacional fluminense (1975-95) In: Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro. FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. MOTTA, Marly Silva da. (Orgs.) FGV. 2005 p. 115- 155.